

Resenha do artigo intitulado “Direito ao desenvolvimento em tempos de pandemia: pensar o agravamento da fome e da miséria como desdobramentos da covid-19”¹

Review of the article titled "Right to development in times of pandemic: considering the worsening of hunger and poverty as consequences of covid-19"

ARK: 44123/multi.v6i12.1591

Recebido: 06/07/2025 | Aceito: 20/12/2025 | Publicado on-line: 23/03/2026

Claudia Oliveira Cortez²

 <https://orcid.org/0009-0002-1505-1153>

 <http://lattes.cnpq.br/1658480221171174>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: cacauocortez@gmail.com

Resenha da Obra

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Direito ao desenvolvimento em tempos de pandemia: Pensar o agravamento da fome e da miséria como desdobramentos da COVID-19”. Este artigo é de autoria de: Rodrigo Tantaigiba Souza; Tauã Lima Verdan Rangel. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Boletim de Conjuntura”, no Ano IV, Vol. 10, n. 28, 2022.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Pandemia. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

Abstract

This is a review of the article entitled “Right to development in times of pandemic: Thinking about the worsening of hunger and poverty as consequences of COVID-19”. This article was authored by: Rodrigo Tantaigiba Souza; Tauã Lima Verdan Rangel. The article reviewed here was published in the journal “Boletim de Conjuntura”, in Year IV, Vol. 10, n. 28, 2022.

Keywords: Development. Pandemic. Human Rights. Public Policies.

Resenha

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Direito ao desenvolvimento em tempos de pandemia: Pensar o agravamento da fome e da miséria como desdobramentos da COVID-19”. Este artigo é de autoria de: Rodrigo Tantaigiba; Tauã Lima Verdan Rangel. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Boletim de Conjuntura”, IV, Vol. 10, n. 28, 2022.

¹ Resenha de aproveitamento da disciplina TC (Trabalho de Curso), do curso *Bacharelado em Direito*, do Centro Universitário Processus – UniProcessus, sob a orientação dos professores Jonas Rodrigo Gonçalves e Danilo da Costa. A revisão linguística foi realizada por Roberta do Anjos Matos Resende.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Processus – UniProcessus.



Quanto aos autores do artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos um pouco sobre cada autor.

O primeiro autor é Rodrigo Tatagiba Souza. Graduando do curso de Direito da Faculdade Metropolitana São Carlos (FAMESC).

O segundo é Tauã Lima Verdan Rangel. Bacharel em Direito; Mestre e Doutor em Ciências Jurídica e Sociais; Pós-Doutor em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). ID *Lattes*: 8802878793841195.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: Resumo, Palavras-chave, *Abstract*, *Keywords*, Considerações iniciais; O direito ao desenvolvimento humano em delimitação: A garantia do mínimo existencial social como elemento de desenvolvimento; O direito à alimentação e o objetivo da erradicação de toda forma de pobreza como expressões da dignidade da pessoa humana, pandemia da COVID-19 e a nova normalidade de miserabilidade? Pensar o agravamento da fome da miséria; Considerações finais e Referências.

O artigo trata da análise do impacto da pandemia do COVID-19 nas relações sociais, políticas, econômica e jurídicas. A crise decorrente da COVID atingiu princípios fundamentais da Constituição Federal (BRASIL, 1988) como a dignidade pessoa humana e como consequência o direito à alimentação.

A crítica principal do artigo refere-se ao agravamento da fome e da miséria no país em grande parte da população, o que piorou durante a pandemia. Além disso, o artigo trata da importância da fiscalização das instituições estatais que garantem o combate à fome e a miséria. A metodologia utilizada foi a de métodos científicos historiográficos e dedutivos.

O tema do artigo é “Direito ao desenvolvimento em tempos de pandemia: Pensar o agravamento da fome e da miséria como desdobramentos da COVID-19”. Discutiu o seguinte problema: quais são os empecilhos e obstáculos na promoção de direitos básicos que dificultam o combate à fome e a miséria no Brasil? O artigo partiu da seguinte hipótese: a má gestão na pandemia, ou a ausência dela, por parte da União, vem agravando o cenário brasileiro Cruz (2021). E dentre essas questões destaca-se a fome.

O objetivo geral foi analisar o impacto jurídico da pandemia COVID-19 no sistema constitucional, com específica abordagem sobre os empecilhos e obstáculos na promoção de direitos básicos que visam combater a fome e à miséria; os objetivos específicos foram investigar a possibilidade de construção do conteúdo do mínimo existencial e o efeito multiplicador de decisões que frustram a efetividade e a prestação de direitos sociais.

A temática da pesquisa contou com a seguinte justificativa: “Retratar o mínimo existencial nunca foi tão importante, tanto em virtude do Estado ineficiente em que se encontra o tratamento da matéria, quanto pela riqueza dos aspectos que que envolve, sejam eles jurídicos, sociais ou políticos”.

A metodologia utilizada para a construção do artigo foi o método histográfico e dedutivo. A técnica de pesquisa utilizada foi a revisão de literatura sob o formato sistemático. E em razão da abordagem qualitativa empregada, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e a análise documental.

O texto informa que desde o início da epidemia de CPVID-19, vários assuntos que cercam o ser humano precisavam ser repensados, dentre eles está a alimentação, consagrada no artigo 3º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) necessária para a vida e a dignidade da pessoa humana. Assertivamente, o autor afirma que o direito à alimentação possui caráter pluridimensional.



O escopo do trabalho foi analisar o impacto jurídico da pandemia no sistema constitucional. A metodologia pautou-se pela utilização dos métodos historiográficos e dedutivos.

Conforme apresentado pelo texto a dignidade da pessoa exige uma prestação não apenas formal, mas principalmente material por parte do Estado, além da prestação das garantias dela decorrentes. E o direito à alimentação encontra-se nessa seara.

Há uma interessante colocação de Toledo (2017) quando ele explana que o Tribunal Administrativo da Alemanha deu a primeira contribuição para a formação do mínimo existencial. Já Weber (2016), defende o reconhecimento do direito ao mínimo existencial porque está ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana e indissociável dos problemas de concretização dos direitos sociais.

Weber (2013) aborda que a garantia do mínimo existencial é uma exigência fundamental para o exercício da liberdade e democracia, mas insuficiente para a concepção política de pessoa e de justiça. Desta forma, o autor sabiamente conclui que a garantia efetiva de uma existência digna abrange mais do que a garantia de mera sobrevivência física.

O reconhecimento ao direito à alimentação adequada aconteceu em 1966, a partir do Pacto Internacional para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), quando 146 países ratificaram seu reconhecimento. O Autor do artigo afirma que a concretização dos Direitos Humanos à alimentação vai além da satisfação biológica ou econômica e que movimentos sociais têm lutado em busca da efetivação do direito à alimentação adequada a todos os humanos.

Erradicar a pobreza e a fome está intimamente ligado à política e direitos e exigem uma forte responsabilidade Estatal e a participação da Sociedade Civil. A alimentação adequada e o direito de não experimentar a fome estão embasados numa alimentação suficiente e adequada. É interessante que, nas últimas décadas, o Brasil foi um dos países que mais contribuiu para o alcance global da meta de redução à fome e a pobreza.

Para Schappo (2015), analisar a fome e a pobreza em suas diversas dimensões nos remete aos desafios persistentes e ressalta a relevância do arcabouço normativo nacional sobre a temática.

Nesse contexto, eclode a Pandemia COVID-19 e várias são as consequências advindas dela, aumentando a crise econômica e política no país. No Brasil, a presença da fome e da miséria tornou a situação daquele momento pandêmico muito mais devastador, conforme afirma o autor.

Embora o Brasil tenha deixado o Mapa da Fome em 2014 com o amplo alcance do programa Bolsa Família, de acordo com a (CNN 2021), no segundo trimestre de 2020, a desigualdade de renda bateu recorde no Brasil, foi o que apontou o estudo “Efeitos da pandemia sobre o mercado de trabalho brasileiro”, divulgado pela FGV Social. O total de pessoas pobres chegou a 209 milhões no final de 2020.

O artigo traz, de maneira relevante, que parece haver um descaso dos governantes do Brasil ao não observarem atentamente as mudanças que precisam ser realizadas para efetivação da Dignidade da Pessoa Humana, ficando uma indagação: diante de uma pandemia, até que ponto o efeito multiplicador das decisões frustra a prestação de direitos sociais.

Por fim, os autores retomam o mínimo existencial ao afirmarem que retratá-lo nunca foi tão importante quanto no atual momento, ele foi elencado como a reunião dos direitos fundamentais sociais mínimos.



Referências

- BRASIL. Constituição Federal. 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 14 março. 2025.
- CIEE-FIOCRUZ. "A pandemia agravou a desigualdade de renda e a pobreza no Brasil". Fiocruz (2021). Disponível em: <https://cee.fiocruz.br>. Acesso em: 18 out. 2021.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como escrever um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 29–55, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319105. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/122>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como fazer um projeto de pesquisa de um artigo de revisão de literatura. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 2, n. 5, p. 01–28, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.4319102. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/121>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>. Acesso em: 3 ago. 2021.
- GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Escolha do tema de trabalho de curso na graduação em Direito. **Revista Coleta Científica**. Vol. 5, n. 9, p. 88–118, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.5150811. Disponível em: <http://portalcoleta.com.br/index.php/rcc/article/view/58>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- SOUZA, Rodrigo Tatagiba. RANGEL, Tauã Lima Verdau Rangel. Direito ao Desenvolvimento em Tempo de Pandemia: pensar o Agravamento da Fome e da Miséria como Desdobramento da Covid-19. **Boletim de Conjuntura**. Vol. X, n. 28, 2022. Disponível em <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/issue/view/31>. Acesso em : 14 mar. 2025
- TOLEDO, Cláudia. "Mínimo Existencial - A Construção de um Conceito e seu Tratamento pela Jurisprudência Constitucional Brasileira e Alemã". **PIDCC**, vol. 1, n. 1, 2017.
- WEBER, Thadeu; CORDEIRO, Karine da Silva. "Bens primários sociais e capacidades: uma aproximação possível e adequada para a definição do direito ao mínimo existencial". **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, vol. 19, n. 19, 2016.
- WEBER, Thadeu. "A ideia de um 'mínimo existencial' de J. Rawls". **Kriterion**, vol. 54, n. 127, 2013.
- SCHAPPO, Sirlandia. "Avanços e desafios na erradicação da pobreza e da fome no Brasil". **Anais do Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. Florianópolis: UFSC, 2015.